

PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO A PARTIR DAS LIBERDADES INSTRUMENTAIS EM ASSENTAMENTOS RURAIS NO PONTAL DO PARANAPANEMA, ESTADO DE SÃO PAULO¹

Vanilde Ferreira de Souza²
Sonia Maria P. P. Bergamasco³

1 - INTRODUÇÃO

A política de formação de assentamentos rurais no Estado de São Paulo pode ser classificada como uma “reforma agrária em migalhas”, pois essas pequenas áreas são reformadas sem, no entanto, alterarem a estrutura fundiária das regiões que, geralmente, continuam extremamente concentradas (NEVES, 1997). Há, contudo, as exceções, como é o caso do município de Mirante do Paranapanema, localizado na região do Pontal do Paranapanema. Existe, nesse município, o maior número de assentamentos da região⁴, podendo se registrar um processo de desconcentração fundiária. No Estado de São Paulo, a região oeste, denominada Pontal do Paranapanema vem sendo palco de inúmeros conflitos de terra resultando na conquista de um número significativo de assentamentos. Como afirma Fernandes et al. (2003, p. 92): “a territorialização da luta pela terra ocorreu em áreas contínuas, modificando a paisagem. Onde antes existiam latifúndios, hoje há pequenas unidades familiares, que formaram novas comunidades. Esses assentamentos causaram importante impacto socioterritorial na estrutura fundiária e na distribuição geográfica da população”.

Numa pesquisa realizada por Ber-

gamasco et al. (2004), os autores mostraram, através da queda do Índice de Gini durante o período de 1985 e 1995-96, o registro de uma diminuição substancial da desigualdade da distribuição da posse da terra no município de Mirante do Paranapanema, uma vez que esse índice passou de 0,801 para 0,755 durante o referido período. Mesmo assim, é importante considerar que esse índice continua extremamente alto.

Dessa forma, essa região tornou-se alvo de várias políticas públicas e de uma grande mobilização em termos de associações, cooperativas e grupos de produtores o que ganha um significado em relação a estudos e pesquisas sobre sua história e suas diferentes dinâmicas de desenvolvimento. A região do Pontal do Paranapanema está localizada no extremo oeste do Estado de São Paulo, na microrregião Alta Sorocabana de Presidente Prudente, é uma região formada pelo encontro do Rio Paranapanema com o Rio Paraná e faz divisa com os Estados do Paraná e Mato Grosso do Sul e, desde a sua ocupação, tem sido alvo de diversos conflitos resultantes da luta pela terra.

Essa região é uma das principais áreas de conflitos fundiários do País onde ocorre grande número de ocupações de terra; além disso, o Pontal é conhecido também por ser uma das regiões mais pobres do Estado de São Paulo e por possuir milhares de hectares de terras improdutivas, devolutas e griladas por latifundiários, o que torna a concentração de terras bastante grande na região, impedindo assim o seu desenvolvimento.

Assim, como área de estudo foram escolhidos dois assentamentos da região do Pontal do Paranapanema, pois é uma região bastante representativa em termos de quantidade de assentamentos e de processos organizativos. Entre as transformações sociais da região do Pontal do Paranapanema podem ser destacados os reor-

¹Este trabalho faz parte da tese de doutorado da primeira autora, intitulada: “Acampar, Assentar e Organizar: relações sociais constitutivas de capital social em assentamentos rurais do Pontal do Paranapanema-SP”. Registrado no CCTC, IE-63/2007.

²Engenheira Agrônoma, Doutora, Professora da Universidade Estadual de Maringá (UEM), Campus Avançado de Umuarama (e-mail: vanilde@yahoo.com).

³Engenheira Agrônoma, Professora Titular da Faculdade de Engenharia Agrícola (UNICAMP) (e-mail: sonia@agr.unicamp.br).

⁴De acordo com os dados da Fundação ITESP (2005), existiam, até dezembro de 2005, 31 projetos de assentamentos rurais no município de Mirante do Paranapanema, abrigando 1.324 famílias.

denamentos territoriais a partir da formação de assentamentos rurais, as diferentes estratégias das famílias assentadas em permanecerem na terra, a melhoria na relação pessoal dos assentados com alguns órgãos governamentais, o surgimento de novos atores sociais na região, entre outros.

Os dois assentamentos escolhidos foram: o assentamento São Bento e o assentamento Santa Clara/Che Guevara⁵, os quais localizam-se no município de Mirante do Paranapanema com início em julho de 1994. Esses assentamentos foram escolhidos devido às relações estabelecidas durante o processo de sua constituição, contando com a atuação de diversas organizações, instituições e movimentos sociais, e porque a história dos dois assentamentos se encontra imbricada, uma vez que durante a luta das famílias pela conquista da Fazenda São Bento foi mobilizado um novo grupo para a ocupação da Fazenda Santa Clara, atual assentamento Santa Clara/Che Guevara.

As lutas por terra desencadeadas pelos trabalhadores rurais, por meio de ocupações e acampamentos na região, pressionaram o governo a implantar projetos de assentamentos, os quais resultaram na maior extensão de assentamentos do Estado (LEITE, 1998). Assim, este trabalho tem por objetivo analisar, a partir da teoria de desenvolvimento de Sen (2000), as transformações ocorridas nos assentamentos São Bento e Santa Clara/Che Guevara, que poderiam dar suporte para a promoção do desenvolvimento deles próprios.

2 - METODOLOGIA

Os instrumentos utilizados para a coleta de dados foram:

a) Questionário: os questionários tiveram por finalidade apresentar um panorama geral sobre os assentados, como por exemplo, a forma de aquisição do lote, o tempo na propriedade, capacitação técnica e política, o grau de confiança em algumas instituições, ou seja, o questionário

serviu como um instrumento de obtenção de dados qualitativos. Dessa forma, o questionário foi aplicado entre os assentados dos dois assentamentos pesquisados.

Antes da aplicação do questionário foi realizado um teste do mesmo a fim de avaliar a eficácia deste instrumento, isto é, medir a capacidade de compreensão e o grau de aceitação pelos atores envolvidos (assentados). A amostra para aplicação dos questionários foi calculada em 15% do total de lotes. Assim, no assentamento São Bento foram aplicados 27 questionários (182 famílias) e no assentamento Santa Clara/Che Guevara 10 questionários (46 famílias). Os lotes para a aplicação dos questionários foram sorteados aleatoriamente de modo que contemplassem uma distribuição homogênea dentro dos assentamentos.

b) Entrevistas com agentes de atuação: as entrevistas foram realizadas de forma diretiva, em que as perguntas foram determinadas com antecipação. Para isso foi necessário o uso de roteiros de entrevistas. Essas entrevistas tiveram por objetivo compreender as relações existentes entre os assentados e os mediadores dos assentamentos. Os assentados considerados agentes de atuação foram os “militantes” no MST e aqueles que exerciam algum cargo de chefia ou coordenação em associações e/ou cooperativa. Neste trabalho, além dos assentados, foi entrevistada também a Coordenadora do Curso Técnico em Agricultura Familiar da Escola Técnica Estadual do Centro Paula Souza em Rancharia, em função da importância da atuação desta coordenadora para o acesso dos alunos à referida escola. Foram escolhidos de maneira aleatória os assentados que seriam entrevistados. Foram entrevistados 10% do número total de famílias, dessa forma, no assentamento São Bento foram entrevistados 18 assentados e no Santa Clara/Che Guevara, 5 assentados.

c) Histórias de vida: a utilização da técnica da “história de vida” teve como objetivo resgatar a trajetória de vida de algumas lideranças e, a partir de então, compreender as estratégias de organização nos assentamentos rurais⁶. Para isso, o próprio narrador relatava sua história

⁵Utilizou-se nesta pesquisa a denominação assentamento Santa Clara/Che Guevara pelo fato de se perceber as duas denominações ao assentamento, sendo que Che Guevara está mais comumente associado às falas da militância e Santa Clara aos demais assentados. Também nos documentos oficiais da Fundação ITESP aparecem as duas denominações.

⁶Sendo a história de vida uma técnica contada pelo narrador sem a interferência do pesquisador, optou-se pela não realização de um roteiro escrito. Ao realizar a história de vida apenas pedia-se para que o assentado contasse a sua trajetória de vida até o tempo presente.

antes da chegada ao assentamento, passando pelo tempo de acampado até se tornar um assentado, sem a necessidade da interferência do pesquisador. As histórias de vida foram realizadas com três assentados do São Bento e três do Santa Clara/Che Guevara⁷.

3 - PROPOSTAS DE ASSENTAMENTOS RURAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO

No Estado de São Paulo, as primeiras propostas de realização de assentamentos rurais surgiram durante o governo Carvalho Pinto (1958 a 1962) através do Programa de Revisão Agrária, o qual tinha por objetivo assentar 500 a 1.000 famílias por ano, sendo que apenas dois projetos-piloto foram efetivamente implantados. Um deles localizado em Campinas com 72 famílias, cuja área fora desapropriada através de negociação amigável entre o governo estadual e um proprietário particular; e o outro localizado na cidade de Marília, com 103 famílias numa área da Secretaria Estadual da Saúde, transferida para a Secretaria Estadual de Agricultura. Depois de alguns anos o assentamento de Marília tornou-se, sobretudo, chácaras de recreio de empresários da região. O mesmo não ocorreu com o assentamento Fazenda Capivari em Campinas, que depois de 30 anos conseguiu manter, parcialmente, suas características iniciais. No período da Lei de Revisão Agrária, o governo estadual tentou sem sucesso implementar assentamentos rurais em outras regiões (BERGAMASCO e NORDER, 1999).

Posteriormente, a política fundiária do governo militar não utilizou em grande escala os novos dispositivos jurídicos criados com o Estatuto da Terra. Assim, a situação permaneceu bloqueada no período militar compreendido entre o final dos anos de 1960 e os anos de 1970. Embora os conflitos pela posse da terra continuassem em várias regiões do Estado, as intervenções do governo federal só voltaram a se verificar anos mais tarde, quando o Estado, ao implantar grandes usinas elétricas no Pontal do Paranapanema, foi levado a transferir populações locais atingidas pelas construções de barragens. A partir de 1978, foram criados cinco novos núcleos de assenta-

mentos rurais nesta região sob responsabilidade das Centrais Elétricas de São Paulo (CESP), abrigando 1.345 famílias em 25.738ha.

Uma parte das disputas pela terra, no Estado de São Paulo, se iniciou nos anos de 1980, através da organização dos movimentos sociais provocando a reinserção da reforma agrária no debate político, não sendo, assim, resultado de ações isoladas para conquista de áreas para assentamentos rurais. As lutas pela conquista de terras foram marcadas por meio das relações de trabalho e pelos conflitos pela posse da terra, ou seja, foram lutas de posseiros, arrendatários, parceiros e sítiantes atingidos por barragens, isto é, lutas de trabalhadores que disputavam terras. Os assentamentos rurais do estado também tiveram origem na organização sindical de trabalhadores rurais assalariados no corte da cana e através de trabalhadores rurais sem terra, que nos anos de 1980 procuraram nos movimentos sociais organizados uma maneira para se fixarem na terra (BERGAMASCO e NORDER, 1999).

Em 1980, a Fazenda Primavera, na região de Andradina, foi desapropriada por atuação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) durante o governo do presidente Figueiredo. Mas a situação só começaria a se alterar realmente com as eleições mais democráticas para os governos estaduais em 1982. Grande parte dos assentamentos de trabalhadores rurais existentes no Estado de São Paulo foi criada a partir de 1983, com o governo Franco Montoro, o qual propôs um programa fundiário tendo por base dois planos: o Plano de Valorização de Terras Públicas e o Plano de Regularização Fundiária. A implementação desses planos resultou na constituição e regulamentação de 38 núcleos durante o período 1984 a 1995, numa área total de 3.934ha abrigando cerca de 3.556 famílias. Nesse processo participaram autoridades estaduais e municipais, assim como as famílias as serem assentadas (ANTUNIASSI; AUBRÉE; CHONCHOL, 1993), resultado de forte mobilização e, conseqüentemente, pressão dos movimentos sociais de luta pela terra, que naquele momento já se espalhava por todo o país.

Na década de 1990 e nos anos 2000 o processo de formação de novas áreas de assentamentos rurais foi intensificado, tanto no Brasil como no Estado de São Paulo. Este fato está, mais uma vez, associado à pressão exercida pelos movimentos sociais e pelas organizações

⁷Para a realização das histórias de vida foi utilizado o recurso da gravação em fitas microcassetes, aliado às anotações de campo.

em defesa da reforma agrária. No Estado de São Paulo, apesar do aumento no número de assentamentos, não se pode considerar que houve uma reforma agrária, já que a estrutura fundiária pouco foi alterada (SANT'ANA et al., 2003).

4 - DESENVOLVIMENTO E LIBERDADES INSTRUMENTAIS NOS ASSENTAMENTOS RURAIS

Existem diversas teorias sobre desenvolvimento, dentre elas destacam-se algumas, como a que associa o desenvolvimento como crescimento econômico, sendo definido em termos de renda por habitante, onde a acumulação de capital seria a principal fonte de taxa de crescimento. Uma outra teoria sobre desenvolvimento aponta que para uma sociedade ser desenvolvida, necessitaria passar por cinco etapas, saindo de uma economia tradicional ou primitiva para uma economia moderna (desenvolvimento por etapas). Uma terceira teoria, a Escola Estruturalista, coloca que o subdesenvolvimento é parte de um processo histórico global de desenvolvimento, ou seja, as sociedades necessariamente seriam subdesenvolvidas e apenas depois passariam ao desenvolvimento (SUNKEL e PAZ, 1974).

Porém, a noção de que o desenvolvimento é, para alguns, uma questão que está puramente relacionada com o crescimento econômico perde força quando se coloca em pauta o conceito de desenvolvimento sustentável⁸. Isso significa que, ao invés de se priorizar a acumulação de capital, outras questões como a social, a ambiental, a cultural e a política fazem parte do debate do que vem a ser desenvolvimento.

O conceito de desenvolvimento deve ser concebido como um processo de transformação social, referindo-se a um processo que possui como finalidade a igualdade das oportunidades sociais, políticas e econômicas. Tem-se discutido muito sobre a necessidade de investimento em capital social para que ocorra um verdadeiro processo de desenvolvimento nas sociedades,

⁸Não é objetivo deste estudo entrar na questão do que é desenvolvimento sustentável, mas é importante ter presente a definição dada pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD). De acordo com a CMMAD (1987, p. 5), desenvolvimento sustentável é o "desenvolvimento que satisfaz as necessidades da geração presente sem comprometer as possibilidades das futuras gerações em satisfazer as suas necessidades".

pois com tal investimento não apenas a questão econômica seria priorizada, mas também a questão social, tão excluída no debate sobre desenvolvimento.

Dentre as teorias sobre desenvolvimento, este trabalho baseou-se na elaborada por Sen (2000), uma vez que esse autor dissocia a noção de desenvolvimento com a de crescimento econômico, acreditando que esse termo é muito mais amplo e abrangente.

Assim, o desenvolvimento econômico não deve ser considerado como um fim em si mesmo, pois o desenvolvimento tem que estar associado, especialmente, com a melhoria de vida e com as liberdades desfrutadas pela população (SEN, 2000). Sendo assim, acredita-se que o desenvolvimento autêntico e constante é integral, agregando fatores sociais, culturais, econômicos, políticos e ambientais. Certamente não se pode alcançar um nível de desenvolvimento em só um desses aspectos, pois cada um é dependente do outro.

Sen (2000) coloca que desenvolvimento é o aumento da capacidade que as pessoas possuem para fazerem suas próprias escolhas, ou seja, para o autor o desenvolvimento é o processo de ampliação da capacidade de realizar atividades livremente escolhidas e valorizadas, o que não é consequência automática do crescimento econômico. Percebe-se que essa concepção de desenvolvimento está diretamente associada à questão da liberdade. Em seu livro "Desenvolvimento como liberdade", este autor considera as liberdades dos indivíduos como os elementos básicos na constituição do desenvolvimento.

O papel instrumental da liberdade está relacionado ao modo como distintos tipos de direitos, oportunidades e "intitamentos"⁹ colaboram para a expansão da liberdade do ser humano em geral e, conseqüentemente, para o acesso ao desenvolvimento. O autor considerou como liberdades instrumentais aquelas cujas funções podem contribuir para uma pessoa viver mais livremente, sem deixar de lado a característica que possuem de uma ter a capacidade de com-

⁹A palavra *entitlement*, traduzida para o português como intitamento, foi utilizada por Sen (2000) com um significado bastante específico, sendo o conjunto de pacotes alternativos de bens que uma pessoa pode adquirir; assim, para o autor, uma pessoa passa fome porque no seu *entitlement* não está incluído nenhum pacote de bens com quantidade suficiente de alimentos.

plementar a outra. Essas liberdades são: **liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparências e segurança protetora.**

Procurou-se identificar se nos assentamentos Santo Bento e Santa Clara/Che Guevara havia a presença de tais liberdades e se estavam colaborando para o processo de desenvolvimento desses assentamentos.

4.1 - Análise das Liberdades Instrumentais nos Assentamentos São Bento e Santa Clara/Che Guevara

Definindo cada uma das liberdades instrumentais, tem-se que a **liberdade política** faz menção às oportunidades que as pessoas possuem em decidir quais serão os seus governantes, baseados nos princípios de cada um, assim como poder fiscalizá-los e criticá-los, ou seja, ter liberdade política é possuir a liberdade de expressão sem qualquer tipo de repressão, o que não ocorre em um regime militar. No Brasil, durante o período militar, que se estendeu da década de 1960 até 1985, a questão da reforma agrária, embora presente no discurso político, foi relegada a um processo de colonização em que pese a definição da lei através do Estatuto da Terra. Mesmo havendo repressões para aqueles que contrariavam os interesses dos militares, algumas pessoas lutavam por algo que acreditavam. Isso é visível na fala de um assentado que, ao narrar a sua história de vida, apresenta passagens de uma época onde não havia liberdade política.

“O primeiro passo da reforma agrária foi em 1964, três de setembro, que eu fui em Brasília conversar com o pessoal da SUPRA pra tentar arrumar uma terrinha. Fui eu e outro amigo, ele não aguentou...”

Eu queria consegui um pedaço de terra, daí não deu jeito não...

Eu ia sozinho, eu não tinha medo de nada não. Naquele tempo eu pensava que tinha que chegar lá, fazer um pedido e ser atendido, mas depois que eu entrei na luta, que eu vi onde eu fui, fui na casa da onça brava.” (História de Vida, Sr. J.R.F., Assentamento São Bento, 2004).

Embora compreendendo que a situação política do País não estava favorável ao processo de reforma agrária, já que o Brasil passava por um período de privação das liberdades políti-

cas, o Sr. J.R.F. não desistiu e continuou reivindicando o seu pedaço de terra. Depois das muitas correspondências encaminhadas à Superintendência da Reforma Agrária (SUPRA), e depois ao INCRA, o Sr. J.R.F. obteve uma resposta, via ofício do INCRA, onde o chefe da divisão técnica o informava da disponibilidade de terras em Roraima para o assentamento de famílias. Porém, apesar da pouca instrução escolar, esse senhor percebia as intenções dos governantes em realizar uma colonização e não uma reforma agrária.

“Me fizeram de besta lá de Brasília, me fizeram de besta, porque tavam me mandando lá pra Roraima, falando que eu ia ganhar sessenta hectares de terra. Era pra lá da capital de Boa Vista, setecentos e vinte e dois quilômetros. Sendo que do Jardim Olinda (Paraná) era assim, quatro mil e quinhentos quilômetros. Agora, pra andar mais setecentos e vinte e dois quilômetros por água. Ficava com a fronteira com a Venezuela, de maneira que aonde eles iam me colocar era numa mata” (História de Vida Sr. J.R.F., Assentamento São Bento, 2004).

Depois de conquistada a terra, essas pessoas não param de lutar e a terra se torna um instrumento para a conquista de outros direitos do cidadão, como educação, saúde, moradia, trabalho e, com certeza, a falta de um deles compromete o processo de desenvolvimento.

“Ah, eu acho que a importância é você correr atrás, é você lutar por alguma coisa, porque na cidade você não tem emprego, você não tem né e aqui (assentamento) você consegue praticamente um emprego. Você pegou o lote, você tem onde trabalhar, você tem onde morar, aí a gente vai brigar por outras coisas, por escola, saúde, essas coisas” (Entrevista, Sra. N.A.M., Assentamento São Bento, 2005).

Existem pessoas que passam por diversos tipos de privação durante a sua vida. Um outro tipo de liberdade instrumental, a **segurança protetora** torna-se necessária para colocar à disposição dos indivíduos uma rede de segurança social. Quando carentes desta rede¹⁰, as pes-

¹⁰Segundo Castells (1999), a sociedade está cada vez mais organizada em forma de rede, pois elas constituem a nova forma de organização social das sociedades e podem ser compreendidas como formas independentes de coordenação de interações, cuja marca central está na cooperação baseada em confiança entre os atores, que podem trabalhar juntos considerando os interesses dos envolvidos, que são conscientes de que essa forma de coordenação pode ser o melhor caminho para alcançar seus objetivos particulares.

soas acabam passando por situações de pobreza podendo caminhar à miséria absoluta. A esfera da **segurança protetora** compreende direitos institucionais fixos, como, por exemplo, benefícios aos desempregados (seguro desemprego), aposentadoria, bem como providências *ad hoc*, como a distribuição de alimentos a grupos de pessoas que se encontram em situação de emergência. Durante a fase de acampamento, algumas medidas de **segurança protetora** deveriam ser tomadas, uma delas diz respeito à distribuição de cestas básicas para os acampados. Na época de acampados, os assentados do assentamento São Bento e Santa Clara/Che Guevara disseram que, apesar da morosidade, houve a distribuição de cestas básicas. A partir desse fato nota-se que esse tipo de liberdade (**segurança protetora**) está ainda bastante limitada, tanto nos acampamentos quanto nos assentamentos.

“Nós recebíamos cesta né e depois enviaram uma carreta de cesta e depois não veio mais” (Entrevista, Sr. L.P.S., Assentamento São Bento, 2005).

Por meio das falas dos assentados percebe-se que se num determinado momento esse tipo de liberdade, a **segurança protetora**, está presente entre as pessoas, muitas vezes tal liberdade não goza de continuidade, privando os assentados dessa segurança protetora, uma vez que ela deixa de existir num dado momento.

“Eu fiquei, eu fiquei três ano (acampada), ah, eles faziam assim, (...), que nem pedia cesta básica, a cesta básica não vinha pra nós e nós passamos uma vida, debaixo da lona, ali na beira daquela linha ali, foram três anos debaixo da lona, inclusive, nós ficamos três anos veio cesta básica uma vez, eu recebi só uma vez” (Entrevista, Sra. A.S.A, Assentamento São Bento, 2005).

Da mesma forma que no assentamento São Bento, a limitação da **segurança protetora**, exemplificada por meio da distribuição das cestas básicas, também é um fato que está presente nas lembranças do tempo de acampados dos assentados do assentamento Santa Clara/Che Guevara.

“O governo mandou umas cesta básica depois de um tempo que tava acampado, depois não mandou mais também” (Entrevista, Sr. J.S.S., Assentamento Santa Clara/Che Guevara, 2005).

Quando os assentamentos rurais são estudados percebe-se que a questão política está

sempre permeando o debate sobre a reforma agrária, já que esta é uma política governamental. Passado o período militar, os assentados conquistaram a liberdade de fazer qualquer tipo de reclamação ao Governo Federal, Estadual ou Municipal, isto é, às instituições que se fazem presentes nos assentamentos. No assentamento São Bento, 63% dos assentados amostrados já haviam participado de algum tipo de ato público para reivindicar melhorias ao assentamento. No assentamento Santa Clara/Che Guevara essa porcentagem é de 60%.

Para reivindicar seus direitos, os assentados optam também por fazer algum tipo de queixa por meio de carta, telefonema e, até mesmo, pessoalmente para políticos da região e do Estado.

“A prefeitura, tá com seis ou é sete mês que o prefeito ganhou. As estradas você vê aí como é que é, uma buraqueira. A gente já peleja com esse prefeito e a dona Nazaré, que é vereadora aqui do parque. A gente fala com ela, ela diz que é com o prefeito, e o prefeito diz que a prefeitura tá sem maquinário. Estamos largados aqui” (Entrevista, Sr. M.N.S, Assentamento Santa Clara/Che Guevara, 2005).

As reivindicações dentro dos assentamentos estão sempre presentes, seja por melhorias nas estradas, nas escolas, na saúde, seja para ter acesso a determinados financiamentos. No campo econômico os assentados lutam para terem direito de acesso a algumas linhas de crédito; isso está relacionado com um outro tipo de **liberdade instrumental**, as **facilidades econômicas**, que são oportunidades que as pessoas adquirem para lançar mão de recursos buscando obter a produção, a troca ou o consumo. Portanto, o acesso e a disponibilidade de financiamento aos assentados são extremamente importantes para garantir a **liberdade instrumental** e, conseqüentemente, ampliando a liberdade atingir o desenvolvimento.

“Pressionando pra conseguir que aquilo que foi aprovado seja aplicado, que nós não temos jeito de sair daqui pra ir lá em Brasília e dizer pro ministro: ó, nós queremos que seja liberado o dinheiro, que foi prometido em audiência, né, então qual que é a forma que nós usamos? Nós saímos daqui e ficamos o dia inteiro lá, é o Banco do Brasil, dizer pro banco que nós queremos que seja aplicado aquilo que foi divulgado, e aí as ações a gente vai discutindo no caminho, até fechar” (Entrevista, Sr. D.A.R., Assentamento

São Bento, 2005).

Um outro tipo de liberdade diz respeito às **oportunidades sociais**, as quais estão relacionadas com as disposições que a sociedade estabelece por exemplo com a questão da educação, da saúde e que vão influenciar a liberdade de um indivíduo poder possuir uma melhor qualidade de vida. Quando as **oportunidades sociais** são analisadas nos assentamentos rurais do Estado de São Paulo, há a constatação de que esse tipo de liberdade foi melhorando com o decorrer do tempo. Assim, se antes de entrarem no assentamento tais **oportunidades** eram escassas, depois de se tornarem assentados essa escassez diminui, ou até mesmo, desaparece (Tabela 1).

Nos assentamentos pesquisados, registrou-se uma atenção especial quanto à educação das crianças, dos adolescentes e dos adultos, sendo que em ambos há uma escola com classes para essas três categorias. As diversas pesquisas sobre assentamentos rurais indicam que a educação escolar é uma das grandes preocupações das famílias assentadas, sendo que uma das primeiras reivindicações das famílias é a implantação de uma escola no interior do assentamento (LEITE et al., 2004).

Para os adolescentes há, ainda, num dos municípios da região do Pontal do Paranapanema, Rancheira, uma Escola Técnica Agropecuária, que desenvolve o ensino através da pedagogia da alternância¹¹, e que se tornou uma alternativa a mais para a educação dos adolescentes e jovens dos assentamentos, como esclarece uma das coordenadoras do curso dessa escola.

“As escolas ficam voltadas mais pra que a gente possa estar qualificando esse aluno, não digo qualificando, mas preparando esse aluno pra diversificação dentro da sua propriedade. Ele já vai olhar mais pra dentro da sua propriedade. Alguns ainda têm aquela ilusão de vender o seu trabalho, mas a maioria já tenta mudar a realidade dele, isso é muito interessante, acho que isso é um ponto positivo. Outro ponto positivo da pedagogia da alternância, que

isso eu tive a oportunidade de ouvir um aluno é, fazer esse testemunho. Ele falou: ‘ó professora, se a escola não fosse a pedagogia da alternância eu não tinha condições de estudar, porque quem vai ajudar o meu pai no lote?’” (Entrevista, Sra. R.A.S., Coordenadora do Curso Técnico em Agricultura Familiar da Escola Técnica Estadual do Centro Paula Sousa em Rancheira, 2004).

As oportunidades de estudo, assim como de saúde, são muito importantes dentro de uma sociedade, pois são oportunidades que fazem a diferença entre uma boa ou má qualidade de vida. Além disso, essas facilidades são, também, bastante significativas para uma efetiva participação das pessoas em atividades políticas e econômicas (SEN, 2000).

“O posto de saúde também teve atendimento aí, está tendo atendimento direto, no outro (prefeito) ficou fechado foi tempo e nós fazíamos greve pra abrir e era aquela confusão, uma maior confusão do mundo e com ele não foi, tá, até agora tá indo bem, tá atendendo direitinho” (História de Vida, Sra. F.G.D., Assentamento São Bento, 2005).

Se, por um lado, a escola está presente nos dois assentamentos e na grande maioria dos assentamentos rurais do país, o mesmo não ocorre com os postos de saúde. Apenas o assentamento São Bento possui posto de saúde.

“Não, não tem (posto de saúde). Quando eu fui atrás desse posto de saúde, que o doutor Manoel falou que ia colocar aqui, mas aí passaram lá pra sede do Antonio Conselheiro (assentamento), tá lá. Aqui quando precisa eu mesmo vou pra Teodoro, agora os outros vão no Pé-de-Galinha (assentamento São Bento)” (Entrevista, Sr. N.M.A., Assentamento Santa Clara/Che Guevara, 2005).

As famílias do assentamento Santa Clara/Che Guevara são assistidas no posto de saúde instalado no assentamento vizinho Antônio Conselheiro, ou mesmo no posto de saúde localizado no assentamento São Bento.

Diversas associações surgiram nos dois assentamentos devido à liberação de um tipo de crédito cedido pelo Governo Federal (fundo perdido) que será destinado à habitação. Por meio deste crédito os assentados terão os recursos necessários para melhorar suas condições de habitação e, conseqüentemente, a qualidade de vida.

¹¹O método de ensino baseado na pedagogia da alternância tem como fundamento alternar momentos no ambiente escola e momentos no ambiente familiar/comunitário. É um processo de aprendizagem que ocorre seguindo a seguinte dinâmica: casa-escola-casa. Nesse método é priorizada a experiência do aluno, valorizando seus conhecimentos, em que o aluno terá uma formação a partir da sua realidade.

TABELA 1 - Melhoria Recebida após o Assentamento, Assentamentos São Bento e Santa Clara/Che Guevara, Valor Absoluto do Número de Entrevistados e Porcentagem, 2004

Melhoria	Assentamento São Bento		Assentamento Santa Clara/Che Guevara	
	n.	%	n.	%
Moradia	20	74,1	06	60,0
Saúde	08	29,6	03	30,0
Alimentação	19	70,4	08	80,0
Educação	09	33,3	06	60,0
Lazer	08	29,6	03	30,0
Poder de compra	17	63,0	09	90,0
Segurança	20	74,1	08	80,0

Fonte: Dados da pesquisa.

“Um representante da Caixa, se não me engano, que participou da reunião, falou que tinha uma quantia muito grande de dinheiro, descontado de INSS parece e foi destinado esse dinheiro pra habitação. Tava tudo em fundo perdido né e foi destinado pra habitação. Teve até uma luta porque a Caixa queria liberar só pra cidade, só que aí eles encontraram, os advogados encontraram essa brecha, nesses processos que tinham lá, que foi liberado pra habitação não tava escrito que era pra área urbana ou área rural, então aí lutando, lutando conseguiu né. Habitação é bom porque muita gente ainda tá morando em casa de lona” (Entrevista, Sr. J.P.A., Assentamento São Bento, 2005).

De maneira geral as **oportunidades sociais**, como educação, saúde e moradia, alcançadas pelos assentados são melhores se comparadas às que eles possuíam antes de se tornarem assentados. Esse fato pode ser um dos motivos pelo qual a grande maioria dos assentados acredita que a vida melhorou após tornarem-se assentados (Tabela 2).

Com o processo de redemocratização no Brasil, ocorrido na década de 1980, a busca pelas **oportunidades sociais** se tornou maior, pois com a abertura política foi possível discutir e debater os problemas pelos quais o país passava, dentre eles, a questão da distribuição das terras. Nesse contexto, ocorreu a emergência de diversos movimentos sociais como, por exemplo, o MST. É nesse contexto que passamos a definir um outro tipo de liberdade que está vinculada às **garantias de transparência**.

As interações entre as pessoas ocorrem porque, para conviverem umas com as outras, elas estão baseadas em determinadas

suposições sobre o que lhes estão sendo oferecidos e o que podem esperar conseguir. Para isso, a sociedade trabalha com a suposição da existência de confiança. As **garantias de transparência** estão associadas às necessidades de sinceridade que as pessoas esperam umas das outras, ou seja, à liberdade de se relacionarem sem segredos e com clareza. Assim, as **garantias de transparência** tornam-se uma categoria importante de liberdade instrumental (SEN, 2000).

“Aqui não é pra falar não, mas a liberdade é outra né do que na cidade, bem mais tranqüilo, o que eu falo é isso, a gente confia muito nos vizinhos aqui, é uma confiança muito forte” (História de Vida, Sr. A.P.S., Assentamento Santa Clara/Che Guevara, 2004).

A tabela 3 mostra o grau de confiança depositado pelos assentados nos vizinhos, parentes e amigos.

As liberdades instrumentais aqui apresentadas podem aumentar diretamente as capacidades das pessoas. Tais liberdades complementam-se e, se inter-relacionando, possuem a necessidade de desenvolver e de amparar uma diversidade de instituições públicas que garantam o sistema democrático, as estruturas de mercados, a provisão de serviços de educação, saúde, etc. Essas instituições podem integrar iniciativas privadas, assim como organizações não-governamentais e entidades cooperativas. Assim, tanto o Estado como a sociedade possuem importantes papéis para o fortalecimento e a proteção das capacidades humanas. A ampliação da liberdade do homem é tanto o principal fim quanto o principal meio de desenvolvimento.

TABELA 2 - Condição de Vida depois de Assentado, Assentamentos São Bento e Santa Clara/Che Guevara, Valor Absoluto do Número de Entrevistados e Porcentagem, 2004

Condição	Assentamento São Bento		Assentamento Santa Clara/Che Guevara	
	n.	%	n.	%
Muito boa	14	51,9	06	60,0
Boa	06	22,2	02	20,0
Regular	06	22,2	02	20,0
Ruim	01	3,7	00	0,0
Total	27	100,0	10	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

TABELA 3 - Grau de Confiança em Parentes, Amigos e Vizinhos, Assentamentos São Bento e Santa Clara/Che Guevara, Valor Absoluto do Número de Entrevistados e Porcentagem, 2004

Item	Assentamento São Bento						Assentamento Santa Clara/Che Guevara					
	Confia muito		Confia mais ou menos		Não confia		Confia muito		Confia mais ou menos		Não confia	
	n.	%	n.	%	n.	%	n.	%	n.	%	n.	%
Parentes	22	81,5	03	11,1	02	7,4	06	60,0	03	30,0	01	10,0
Amigos	16	59,3	10	37,0	01	3,4	04	40,0	04	40,0	02	20,0
Vizinhos	09	70,4	07	25,9	01	3,7	06	60,0	04	40,0	00	0,0

Fonte: Dados da pesquisa.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer da pesquisa, observou-se que as transformações nos assentamentos são uma constante. Se num dado momento algo contribui negativamente para um bom relacionamento entre os envolvidos, tal situação pode ser revertida a partir do momento em que os envolvidos passam a crer mais uns nos outros e acreditar que juntos o caminho pode tornar-se mais suave.

Nesse sentido, a pesquisa foi construída de maneira a compreender como ocorreram transformações nos assentamentos São Bento e Santa Clara/Che Guevara, que poderiam dar suporte para a promoção do desenvolvimento deles próprios.

Ao utilizar o termo desenvolvimento partiu-se do emprego da definição dada por Sen (2000), uma vez que esse autor acredita ser esse um conceito mais amplo do que a simples noção de desenvolvimento econômico, atribuindo o desenvolvimento às liberdades que o homem é capaz de possuir.

Com base na teoria do desenvolvimento elaborada por Sen (2000) estudou-se a importância da sociedade, das relações sociais e da capacidade de cooperação entre seus integrantes, para o processo de desenvolvimento de uma

região. As comunidades rurais, por meio de sentimentos, como solidariedade e confiança, conseguem fortalecer a integração social e a cooperação local, e isso pode vir a ser um instrumento para desencadear um processo de transformação socioeconômica do local.

Percebe-se que nos assentamentos São Bento e Santa Clara/Che Guevara, os assentados, mesmo antes de morarem nos assentamentos, já faziam suas reivindicações. Essas reivindicações foram realizadas num primeiro momento para a aquisição de terras e depois para a conquista de melhorias para suas vidas e para os assentamentos. Acredita-se que o desenvolvimento autêntico e constante é integral, agregando fatores sociais, culturais, econômicos e políticos. Certamente não se pode alcançar um nível de desenvolvimento em só um desses aspectos, pois cada um é dependente do outro.

Os assentamentos rurais São Bento e Santa Clara/Che Guevara, bem como os assentados, passaram por muitas transformações durante o período que vai do acampamento aos dias atuais. Procurou-se apresentar essas transformações por meio das liberdades instrumentais, definidas por Sen (2000). Assim, ao longo dessas transformações identificou-se entre os assentados a presença (em determinados momentos) das liberdades instrumentais definidas pelo autor

- liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparências e segurança protetora. Tal fato pode indicar que os assentamentos pesquisados caminham para o processo de desenvolvimento, contudo o processo de desenvolvimento é complexo e con-

tínuo, pois depende não apenas da atuação dos assentados, mas também dos órgãos e instituições que atuam nesses assentamentos. Dessa forma, conclui-se que o processo de desenvolvimento dos assentamentos estudados é um processo que está em construção.

LITERATURA CITADA

ANTUNIASSI, M. H. R.; AUBRÉE, M.; CHONCHOL, M. E. F. De sitiante a assentado: trajetórias e estratégias de famílias rurais. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, n. 3, p. 125-132, jul./set., 1993.

BERGAMASCO, S. M. P. P.; NORDER, L. A. C. Os impactos regionais dos assentamentos rurais de São Paulo (1960-1997). In: MEDEIROS, L. S.; LEITE, S. (Org.) **A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas**. Porto Alegre: UFRGS; Rio de Janeiro: CPDA, 1999.

_____. et al. A diversidade dos impactos locais e regionais dos assentamentos rurais de São Paulo. In: MEDEIROS, L. S.; LEITE, S. **Assentamentos rurais: mudança social e dinâmica regional**. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. A era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo : Paz e Terra, 1999. v. 1.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO - CMMAD. **Nosso futuro comum**. New York: ONU, 1987. p. 5.

FERNANDES, B. M. et al. Inserção sociopolítica e criminalização da luta pela terra: ocupações de terra e assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema – SP. In: BERGAMASCO, S. M. P. P.; AUBRÉE, M.; FERRANTE, V. L. S. B. (Org.). **Dinâmicas familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo**. Campinas: FEAGRI/UNICAMP; Araraquara: UNIARA; São Paulo: INCRA, 2003.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS "JOSÉ GOMES DA SILVA" – ITESP (São Paulo, SP). **Lista de Comunidades Atendidas**. São Paulo, dez., 2005. p. 10.

LEITE, J. F. **A ocupação do Pontal do Paranapanema**. São Paulo: Hucitec, 1998.

LEITE, S. P. et al (Coord). **Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura/ Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural; São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

NEVES, D. P. **Assentamento rural: reforma agrária em migalhas: estudo do processo de mudança da posição social de assalariados rurais para produtores agrícolas mercantis**. Niterói: EDUFF, 1997.

SANTANA, A. L. et al. Estratégias de comercialização e geração de renda em dois assentamentos da região de Andradina (SP). In: BERGAMASCO, S. M. P. P.; AUBRÉE, M.; FERRANTE, V. L. S. B. (Org.). **Dinâmicas familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo**. Campinas: FEAGRI/UNICAMP; Araraquara: UNIARA; São Paulo: INCRA, 2003.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SUNKEL, O.; PAZ, O. **Os conceitos de desenvolvimento e a teoria do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fórum/liachette, 1974.

**PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO A PARTIR DAS LIBERDADES INSTRUMENTAIS EM
ASSENTAMENTOS RURAIS NO PONTAL DO PARANAPANEMA, ESTADO DE SÃO PAULO**

RESUMO: Este trabalho teve por objetivo analisar as transformações relacionadas às “liberdades instrumentais” ocorridas nos assentamentos São Bento e Santa Clara/Che Guevara, que poderiam dar suporte à promoção de seu desenvolvimento. Para tanto, foram realizados questionários, entrevistas e histórias de vida com os assentados e com agentes atuantes nos assentamentos. Constatou-se que os assentados reivindicavam seus direitos antes mesmo de morarem nos assentamentos. Num primeiro momento essas reivindicações foram realizadas com a finalidade de aquisição de terras e, depois para a conquista de melhorias para suas vidas. A pesquisa mostrou que as transformações que ocorrem nos assentamentos são constantes. Além disso, a análise dos dados, associados à teoria, apontou que o desenvolvimento autêntico e constante deve ser integral, pois necessita agregar não apenas aspectos econômicos, mas também sociais, culturais e políticos.

Palavras-chave: assentamento rural, liberdades instrumentais, desenvolvimento, relações sociais.

**THE ROLE OF INSTRUMENTAL FREEDOMS IN THE DEVELOPMENT PROCESS OF RURAL
SETTLEMENTS IN THE PONTAL DO PARANAPANEMA REGION, SAO PAULO STATE, BRAZIL**

ABSTRACT: This study aimed to assess the changes in “instrumental freedoms” able to support and promote the development of the São Bento and Santa Clara/Che Guevara settlements located the Pontal do Paranapanema Region in the extreme west of Sao Paulo state. To that end, data were acquired through questionnaires, interviews and life stories of the settlers and agents acting in the settlements. It was verified that the settlers claimed their rights even before being established in the settlements. Initially, the actions undergirding such claims were directed at acquiring land. Once these claims were settled, they aimed at improving the lives of the settlers. This research showed that the changes occurring within the settlements are constant. Furthermore, the analysis of the data associated with theory pointed out that authentic and constant development must be integral in so far as it needs to address not only economic, but also social, cultural and political aspects.

Key-words: rural settlement, instrumental freedom, development, social relations, Brazil.

Recebido em 15/08/2007. Liberado para publicação em 05/12/2007.

Informações Econômicas, SP, v.38, n.2, fev. 2008.